



## **OLHARES SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA: PERCEPÇÕES NO COLÉGIO MARISTA DE BRASÍLIA**

Alan Jayme Veloso Freitas<sup>1</sup> - CMB  
Bernando Cimenti Rocha Strufaldi<sup>2</sup> - CMB  
Reinaldo Batista Cordova<sup>3</sup> - CMB

Eixo Temático: Ensino Médio.

### **Resumo**

O presente artigo discorre sobre as bases teóricas relacionadas ao processo histórico de repressão sexual e suas implicações no cenário da juventude Marista. Para tal, o artigo faz uso da historiografia já existente e do *survey* realizado em 2015 no Colégio Marista de Brasília (Maristão), tendo como principal base teórica os estudos de Michel Foucault. Buscou-se estabelecer uma comparação entre a percepção da sexualidade dos jovens na atualidade e a análise dos discursos institucionais. Por meio da pesquisa quantitativa e posterior comparação com a historiografia e análise do processo de repressão, descobriu-se o enfraquecimento de discursos institucionais repressivos, assim como uma maior fluidez na sexualidade de jovens diretamente envolvidos com a Igreja católica. Observou-se também os reflexos atuais de ideologias postuladas há mais de duzentos anos, com esses resultados, forma-se uma completa descrição da percepção juvenil quanto a sexualidade, elemento tão latente não só na adolescência como em toda vida humana.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Repressão. Mulheres. Igreja Católica. Juventude.

### **Introdução**

O presente estudo é fruto das discussões e das análises do grupo de pesquisa do programa de iniciação científica “Maristão Faz Ciência” do Colégio Marista de Brasília (Maristão), acerca do papel e da sexualidade das mulheres nos discursos contemporâneos nos aspectos laicos e religiosos. Considera-se que a sociedade atual é repleta de paradigmas que regem seu cotidiano. Tais modelos são frutos de processos cujas origens poderíamos encontrá-las há mais de 100 anos, com significados ainda muito presentes para as construções sociais. Em meio a regras e questões que tangenciam a modelagem social do ser humano, um fator é intrínseco e basilar nesse processo: a sexualidade.

---

<sup>1</sup> Estudante do Ensino Médio e pesquisador de Ciências Humanas. E-mail: alan\_jayme@hotmail.com.

<sup>2</sup> Estudante do Ensino Médio e pesquisador de Ciências Humanas. E-mail: bernardostrufaldi@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em História Social. E-mail: cordovarey@gmail.com.

A sexualidade, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida como:

[...] parte da personalidade de cada um, uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito (relação sexual) e não se limita à ocorrência ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1975, p.1).

Ainda na conceituação do assunto, faz-se uso da visão de Foucault, que aborda a sexualidade como um componente nas relações de poder, de instituições que passaram a falar e controlá-la, definindo-a como: "tudo o que possa se relacionar com o jogo dos prazeres, sensações e pensamentos inumeráveis que, através da alma e do corpo tenham alguma afinidade com o sexo" (FOUCAULT, 2011, p. 26).

Nesse sentido, o seguinte trabalho direciona-se à análise do aparato social que constrói a figura/sujeito sexual, de maneira mais específica acerca da sexualidade feminina e como se dariam as consequências de sua emancipação diante dos paradigmas construídos durante gerações no Ocidente, baixo influência do Estado, da Igreja, da comunidade familiar e outras instituições sociais.

No tocante ao estudo da história das mulheres, existe hoje uma farta bibliografia que aborda as mais variadas características de suas vidas, senão os resultados do processo histórico, que definiram os papéis masculinos e femininos. Os reflexos se tornaram mais nítidos no casamento, na posição que a mulher assume nele e nas relações afetivas, como explanado por Araújo (2002), quando examina as convergências e transformações do afeto, da sexualidade e das uniões matrimoniais, sem deixar de considerar a presença de discursos repressores (FOUCAULT, 2011) como um dos elementos que perpassam esses fenômenos.

Nesse sentido, percebe-se o papel da Igreja como formadora de modelos sociais, situação examinada nos trabalhos de Araújo (2002), que trata das configurações matrimoniais no espaço eclesial e de Santos (2014), que analisou as críticas ao discurso da Igreja Católica no final do século XIX a partir do movimento naturalista e anticlerical. Percebe-se, nesse contexto católico, a consagração de ritos e estruturas formativas das famílias, matrimônios, parentesco, educação, sexualidade, etc., todos fenômenos definidos e normatizados pela Igreja.

Ao longo do tempo o casamento, por exemplo, teria adquirido um caráter repressor e normatizador (GIDDENS, 1992), no qual a sexualidade voltada para a reprodução seria a principal motivação para sua existência. Esse modelo é colocado em xeque em vários momentos e contextos, como o das Revoluções Burguesas, quando estavam em voga ideais que se contrapunham ao discurso religioso. O casamento perderia então o caráter único, para a Igreja, de procriação, passando a ser regido pelo uso da razão, em uma avaliação de custos e benefícios, incluindo aspectos relativos ao controle de natalidade e ao retardamento da união matrimonial.

Essa transformação dos fins e objetivos do matrimônio não ocorreria apenas por causa do caráter mutável de expectativas e idealizações da modernidade, até porque a sexualidade ainda seria uma peça crucial nas relações interpessoais dos sujeitos. Mas, também, pela existência de discursos que se complementariam ao mesmo tempo que se fragmentam e envelhecem (SANTOS, 2014), abrindo espaço para pontos fora da curva. O indivíduo, entretanto, apesar de muitas vezes afetado por questões externas como fatos históricos e instituições preponderantes, não toma consciência que participa dessas relações de poder, onde ele é reprimido.

Esse trabalho é o cruzamento de informações e de hipóteses sugeridas a partir dos referenciais teóricos, com dados obtidos com uma *survey*. Um dos resultados obtidos mostrou que a hipótese da repressão sexual ser intensa a ponto de controlar até mesmo a primeira manifestação sexual do sujeito, na esfera social, pode ser fundada, pois 42% dos jovens consultados acreditam ser reprimidos em alto nível e coercitivamente; 47% creem ser de nível médio, permitindo espaços para escolhas totalmente individuais e 11% acreditam não existir ou existir pouca repressão, sendo todas escolhas individuais e alheias às influências (Grupo de Pesquisa Mulheres Jovens na contemporaneidade, Maristão Faz Ciência, 2015).

Nesse diapasão, o ser humano, ser que tem um ímpeto incrustado de contestar o sistema (FOUCAULT, 2011), encontra nesses meios repressivos sua própria maneira de burlá-los. Vivendo um eterno conflito interno entre atender às expectativas sociais e respeitar as imposições dogmáticas de sua crença, tornando para si insubsistente a ordem e realizando o que lhe é prazeroso, a humanidade configura-se.

## Metodologia

Para a geração de dados, realizou-se em 2015, no Colégio Marista de Brasília, uma pesquisa tipo *survey* de tipo interseccional (FREITAS, et all, 2000; BABBIE, 2005) com 121 alunos dos três anos do Ensino Médio.

Considerou-se apropriada a utilização desse método porque viabilizaria a obtenção de dados quantificáveis sobre o fenômeno examinado, de maneira a generalizar os resultados a partir das respostas obtidas com uma parte do grupo de estudantes. Além disso, a literatura consagra o método como vantajoso para o exame de temas sociais (BABBIE, 2005) e permite a celeridade na análise dos dados, sem excluir a possibilidade de complementação com outros métodos, por exemplo, Grupo Focal.

Após deliberações no grupo de pesquisa, optou-se pela elaboração de um questionário no “Formulários Google”. Para responder ao formulário os pesquisadores escolheram 5 pessoas aleatoriamente, utilizando o número de chamada para o convite a respondê-lo, ou pediram para o professor presente na sala de aula, no momento, que escolhesse os candidatos. Os participantes precisavam estar na proporção de 4 do sexo feminino para 1 do sexo masculino. As 4 representantes do sexo feminino seriam importantes para uma análise quantitativa do contexto de repressão e emancipação sexual da atualidade. Tão importante quanto as jovens, seria a presença de um representante do sexo masculino, para uma comparação da realidade contemporânea com a literatura sobre a sexualidade e sua percepção para ambos os grupos.

Ao serem escolhidos os candidatos, era explicado pelos pesquisadores o objetivo da pesquisa, bem como a garantia do anonimato dos participantes e as diversas impossibilidades de rastreamento da resposta. Se, mesmo com as garantias expostas pelos pesquisadores, alguém não se sentisse confortável respondendo ao formulário, trocar-se-ia o voluntário. Também foi pedido que não permanecessem próximos um do outro e evitassem conversas sobre suas respectivas respostas, com o objetivo de diminuir ao máximo as influências na resolução do questionário.

Durante a coleta de dados, os pesquisadores constataram algumas situações. Em resposta ao formulário sobre sexualidade, em mais de uma turma de 1º Ano do Ensino Médio, os participantes sentiram-se inibidos para se voluntariarem e respondendo ao formulário, sentiram-se incomodadas com as perguntas, considerando-as íntimas demais.

No 2º Ano, participaram jovens de 10 turmas e, em todas elas, houve disputa entre os alunos para decidir quem iria responder ao questionário (apesar de ter sido avisado que seria uma escolha aleatória). Infelizmente, os pesquisadores não sabem se essa disputa se deu pelo interesse ao tema ou ao interesse de perder alguns minutos de aula.

Nas turmas de 3º Ano, as reações ao convite para participar da coleta de dados foram variados. Em algumas salas, verificou-se a mesma disputa entre alunos para ver quem responderia ao formulário e, mesmo depois de respondido, iniciou-se um debate entre alunos de várias turmas sobre o assunto. Paralelamente, houve turmas em que apenas duas pessoas responderam ao formulário, um homem e uma mulher. No terceiro ano, acredita-se que essa falta de voluntários tenha ocorrido pelo envolvimento dos alunos com a aula ministrada pelo professor no momento da pesquisa.

Em mais de um caso por série, a pesquisa foi elogiada e as análises e considerações finais despertaram interesse tanto em alunos entrevistados quanto em professores. A repercussão da pesquisa foi tamanha que diversas discussões posteriores foram promovidas pelos alunos dentro e fora do contexto de sala de aula.

## **Referencial Teórico**

Na história da humanidade, são notórias as disputas por poder e as tentativas de consolidação pelas entidades que já o conseguiram. Foucault (2011) relaciona essas tentativas de obtenção e preservação do poder com a repressão sexual, considerando o controle dos corpos um método não apenas eficiente como muito utilizado por diversas instituições ao longo do tempo.

Analisando e comparando o discurso de diferentes instituições em diversos contextos, tempos e espaços percebe-se que um dos métodos mais utilizados para a repressão sexual foi a estipulação de modelos a serem seguidos e a marginalização do que fugisse a essas normativas de controle. Foucault, tratando do impacto do Concílio de Trento no cotidiano da Igreja, confirma a criação desses controles ao citar que: “O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem a prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos devem ser seguidos até as mais finas ramificações”. (FOUCAULT, 2011, p. 25)

Seria evidenciada que, por meio desses modelos, grande parte das ações repressivas teria sido direcionada às mulheres no decorrer do processo histórico, situação que contribuiu para a constituição de estruturas sociais de controle, formação de alguns estereótipos e de

preconceitos atuais. A concupiscência<sup>4</sup>, enquanto ato social, por exemplo, seria um fenômeno de repressão sexual, combatida na eclosão da Revolução Sexual<sup>5</sup>, responsável por valorizar e estimular a emancipação sexual, de maneira mais notada para as mulheres.

Carla Pinsky (2013) discorre sobre o papel social feminino no período de 1945 até 1964 no Brasil. Percebe-se que um dos modelos consagrado para as famílias, teria sido de organização nuclear, burguesa ou patriarcal. Recebendo influências não só da Igreja católica, mas também de setores econômicos e políticos, esse modelo estabelecia que a família fosse composta por um homem e uma mulher casados e sua prole. Prole, pois o casamento, segundo definições eclesiásticas, possuiria um foco na reprodução, cabendo à mulher as funções de cuidar dos filhos e da casa, deixando o mercado de trabalho livre para o homem. Essa dominação se repetiu também no ambiente doméstico, como comprovam estudos feministas da década de 70, que revelaram que dos casos de violência doméstica, apenas 5% partiam das esposas contra os maridos, segundo Dobash e Dobash (1980 apud GIDDENS, 2005, p.167).

Paralelamente, se na Idade Média as sanções para promiscuidade, adultério ou sodomia eram aplicadas pela Igreja, na metade do séc. XX no Brasil as sanções eram aplicadas pela própria sociedade, com influência eclesiástica. A traição ou a infertilidade poderia resultar em abandono das mulheres, situação muito semelhante à retratada por Araújo (2002) quando fala do contexto medieval em sua obra, pois a hereditariedade dependeria da certeza de que o filho é legítimo.

Ressalta-se que a fidelidade era exigida às mulheres e não aos homens, o que gerava um fenômeno interessante apresentado por Pinsky (2013): o da Dupla Moral. As donas de casa, "rainhas do lar", sabiam disso, mas nada ou pouco faziam, tal era a força do modelo imposto.

Luisa Accati (1991) trabalha com o modelo de sexualidade criado no séc. VI com forte influência da Igreja Católica, a qual chegou a apresentar a sexualidade como uma doença. A historiadora sugere que a concupiscência seria a doença no ser humano, que o lança à sexualidade. A mulher não teria essa doença e por isso, seu papel social seria de cura para o homem. Esse modelo estabeleceu diversos aspectos que marcaram não apenas a sociedade italiana da Idade Moderna, mas também a atualidade. A sexualidade feminina nesse quadro

---

<sup>4</sup> Concupiscência: desejo exagerado de prazeres, no caso, percebida como enfermidade. (BUENO, 2007)

<sup>5</sup> Revolução Sexual: movimento emancipacionista da década de 60 deflagrado pela inserção das mulheres no mercado de trabalho e aliado ao advento da pílula anticoncepcional e marcado por uma revolução de costumes. (OLIVEIRA, 2014)

assume o papel de débito conjugal, pois ela teria o dever de oferecer a cura a seu marido. O Padre (sacerdote) seria o “médico”, pois prescreveria a “medicação”, além de legitimar-se como homem superior na sociedade, por não precisar do matrimônio para controlar a doença da sexualidade. O homem (esposo) seria a vítima da doença da sexualidade, o que justificaria até mesmo o adultério. Essa construção perdurou com os anos, como comprovada pela obra de Carla Pinsky, quando a autora analisa revistas da metade do século XX que instruíam mulheres para relevar as traições de seus maridos, pois os mesmos tinham seus desejos sexuais a serem saciados.

Com seu discurso normatizador, a Igreja restringia o papel da mulher e sua sexualidade a uma função reprodutiva, elevava socialmente seus membros, os clérigos, e marginalizava a sexualidade, considerada uma doença. Um método extremamente eficaz, evidenciado pela quantidade de tempo que a Igreja Católica foi a principal instituição no poder no mundo ocidental.

A repressão feminina vem à balha em outras obras analisadas, “Superfreakonomics”, dos economistas Levitt e Dubner, e “Devotos e Devassos”, de Santos. Na primeira, os dois autores discorrem acerca da repressão sexual sobre as prostitutas nos anos 20 dos Estados Unidos, ficando clara a repressão econômica na sexualidade das pessoas. Foi criada uma Comissão do Vício nos Estados Unidos, cuja finalidade seria fechar os prostíbulos. Ademais, passou anos e anos tentando reprimir as prostitutas para, nos anos 60, com a revolução sexual e certa banalização do sexo, todo esse mercado ser aberto. A emancipação sexual teria sido mais eficiente em marginalizar a prostituição do que a própria repressão sexual.

A partir de uma análise literária naturalista, Santos (2014) observou o processo de discurso anticlerical que começou com autores barrocos e teve seu ápice no naturalismo, sendo que a ciência da época chegou a classificar diversos modelos sexuais como distúrbios, e definir um papel social para a mulher, coincidentemente semelhante com o da Igreja, ou seja, as mulheres aptas ao matrimônio deveriam casar-se e tornarem-se reprodutoras.

Além do discurso das instituições, pode-se observar que os novos modelos sexuais estipulados na época foram indícios da Ciência assumindo as relações de poder e da Igreja tendo sua influência desgastada. As jovens que não se casassem estariam sujeitas a doenças uterinas, como a histeria, derivada dos humores surgidos pela ausência da relação sexual e da reprodução. Percebe-se uma forte presença do determinismo biológico, segundo o qual o

corpo feminino estaria preparado para a gestação e sua negativa poderia produzir enfermidades, loucuras, demências.

Em movimento contrário aos já citados, existem também os movimentos de emancipação, destacando-se o momento da revolução burguesa do séc. XVIII e a revolução sexual e feminista iniciada na segunda metade do séc. XX (ARAÚJO, 2002), que pretendiam promover o protagonismo feminino e a libertação dos modelos tradicionais de sexualidade.

Araújo (2002) e Giddens (1992) se propuseram a examinar esse processo de emancipação das mulheres, que ao longo dos anos teriam promovido a diversificação dos modelos de família, sexualidade, gênero, etc., sem com isso extinguir os modelos previamente existentes.

Araújo defende que a revolução burguesa teria sido a responsável pelo surgimento do amor romântico e, por causa da menor influência da Igreja, as pessoas poderiam escolher com maior liberdade com quem se casariam e quando se casariam, estando livres para seguir seus sentimentos, antes que as imposições familiares, responsáveis por determinar as uniões, segundo o interesse material dos grupos familiares, isso desde que fossem pessoas de posses, pois sendo pobres teriam desde a Idade Média maior liberdade de escolha. Portanto, percebe-se nesse caso, mais uma vez a forte influência do setor econômico nas decisões dos sujeitos.

A autora pretende demonstrar que o amor é uma construção social, não um sentimento natural válido desde sempre para justificar a união matrimonial. Seria precisamente a partir de movimentos racionalistas e anticlericais que se abriria espaço para a generalização de casamentos pautados no sentimento, antes que nos projetos de ascensão econômica das famílias. Apesar de sugerir a origem do amor romântico como elemento fundamental para as alianças, Araújo estava ciente das transformações em longo prazo e cita os trabalhos de Giddens ao empregar os conceitos: sexualidade plástica e relacionamento puro.

Giddens (1992), relata o outro lado desse amor romântico: o lado repressor. Pois, ao mesmo tempo em que essa configuração daria destaque ao sentimento, também criaria alguns estereótipos e idealizações muito presentes na sociedade contemporânea, por exemplo, a mentalidade de que a mulher precisa de proteção e a responsabilidade masculina de administrar a família, de trabalhar para sustentá-la e a ideia de um relacionamento puro seriam todos conceitos que se fortaleceram com o amor romântico.

O autor menciona que a configuração de relacionamento e sexualidade que mais se aproxima da verdadeira emancipação seria o relacionamento plástico, e afirma que a



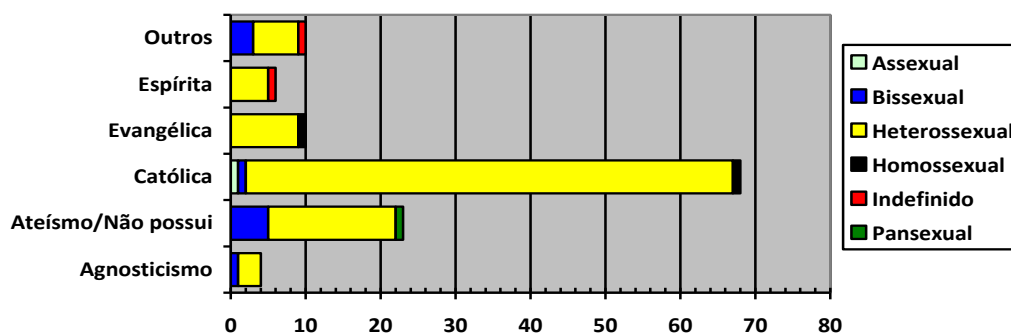
sexualidade é crucial para a emancipação implícita no relacionamento puro e para a reivindicação feminina ao prazer sexual. Para a verdadeira emancipação ocorrer, seria necessária uma descentralização sexual, que só poderia ocorrer com a sexualidade plástica.

A emergência que eu chamo de sexualidade plástica, é crucial para emancipação implícita no relacionamento puro, assim como para reivindicação da mulher ao prazer sexual. A sexualidade plástica é a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução. (GIDDENS, 1992, p.10)

## Resultados

Em pesquisa realizada no Colégio Marista de Brasília (Maristão), foram procurados vestígios dessa repressão na sociedade atual, a fim de revelar possíveis influências do processo histórico de repressão. Ora, se a influência da Igreja sobre a organização familiar e a sexualidade é tão intensa, de maneira que a imposição de diretrizes deve ser seguida, não deveria existir uma grande diversidade de gêneros, em especial tratando-se de uma escola católica. Apesar dessa premissa, constatou-se que a incidência de gêneros divergentes àqueles da matriz cristã foi consideravelmente maior entre os entrevistados ateus e sem religião definida (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Gêneros entre as crenças



Fonte: Grupo de Pesquisa Mulheres Jovens na contemporaneidade, Maristão Faz Ciência, 2015.

Apresentada a distribuição dos gêneros, a influência católica se faz presente, uma vez que 95% dos católicos são heterossexuais e, portanto, seguiriam as diretrizes de sua crença. Nesse sentido, a Igreja, supostamente exerceria uma influência sobre as pessoas, sobre suas

escolhas, seus comportamentos e suas configurações familiares. Uma possibilidade de controle seria o de empregar o contexto familiar como ferramenta de repressão um sujeito específico, configurando-se como poder coercitivo. Todavia, a presença de seguidores das diretrizes cristãs com gêneros contrários à ortodoxia, indicaria um desgaste do discurso clerical (SANTOS, 2014), bem como dos modelos de sexualidade consagrados até o séc. XX.

Um conceito que merece destaque ao se falar de resistência é o Benefício do Locutor, que está relacionado ao prazer que os transgressores sentiriam ao transgredir as regras estipuladas e de se apropriar de um espaço antes proibido para o conjunto social, sendo restrito apenas a alguns eleitos. Segundo Foucault (2011, p.9), “se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”.

Logo, em um cenário de repressão sexual, as pessoas fariam de sexo justamente por não poder falar de sexo, é a repressão criando seus próprios rivais. Todavia, esse conceito, ao se tratar de sexualidade, seria percebido de maneira mais fluida na atualidade. Em pesquisa realizada no Colégio Marista de Brasília, entrevistou-se 121 pessoas desejando saber se conversavam sobre sexualidade. Como resposta, verificou-se que 76% dos entrevistados, conversavam frequentemente sobre sexualidade, totalizando 92 pessoas nessa categoria. Isso pode indicar certa banalização do assunto, isto é, já não é um assunto incomum, como também e pode ser entendido como a democratização do lugar de fala. Seria a ruptura do cenário repressivo-sexual apontado pela literatura.

Segundo os economistas Levitt e Dubner que estudaram os reflexos econômicos da Revolução Feminista, essa banalização do sexo é fruto da revolução sexual. Outro efeito dessa revolução citado pelos autores seria a marginalização do mercado de prostituição. Para esses pesquisadores: “Quem impõe maior concorrência às prostitutas? A resposta é óbvia: qualquer mulher que esteja disposta a fazer sexo com um homem de graça.” (LEVITT, DUBNER, 2009, P. 27).

Apesar do efeito repressivo que a revolução sexual projetou sobre o mercado de prostituição americano, não foram poupados esforços para reprimir esse suposto desvio de conduta de forma mais direta, sendo até formada a Comissão do Vício. Um grupo de representantes do clero, pessoas consideradas do bem, funcionários públicos e, principalmente, homens da ciência, todos reunidos com o objetivo de fechar prostíbulos e marginalizar ainda mais as prostitutas. As consequências dessa tentativa, entretanto, não

foram as esperadas e a criação de um discurso de proibição das prostitutas, deixaram-nas ainda mais desejadas e mais caras.

Nesse processo, dois elementos indicam a transferência de relações de poder da religião para a ciência. O nome da comissão criada remete a patologia da sexualidade e a composição por membros de instituições científicas confirma o teorizado e estudado por Foucault: o processo da ciência, assim como a Igreja, de considerar a sexualidade que não pertencesse a padrões facilmente controláveis, como patologia, para assim, marginalizá-la.

Essa valorização da Ciência corrobora com as ideias de relação de poder previamente estipuladas e não deve ser entendida como um marco ou fato isolado, senão como um processo, que começou no séc. XVIII com o Iluminismo e vem se acentuando e gerando padrões e estigmas desde então.

### **Ascensão científica e discursos anticlericais**

Os fenômenos de secularização, anticlericalismo e liberdade sexual são analisados por Araújo (2002), Santos (2014) e Giddens (1992) ao estudarem seus reflexos, principalmente, as novas configurações sexuais, de relacionamento e familiares.

Para Araújo o Iluminismo não foi somente uma revolução ideológica, mas também sexual. Ao se desvincular da ideologia Católica sobre sexualidade, o casamento deixou de ser somente para procriação e assumiu um papel de união entre pessoas, união baseada no amor; seria o começo do amor romântico. Esse conceito abre espaço para um leque de emancipações, incluindo a homossexual, que só vai se intensificar no séc. XX e XXI.

Por outro lado, para Giddens (1992), o amor romântico não significaria emancipação, pelo menos não a feminina, pois as aspirações femininas seriam reduzidas, mas suas responsabilidades permaneceriam fortemente ligadas ao lar. Além disso, permanece no imaginário masculino a crença de que é sua responsabilidade proteger a mulher, bem como a idealização de uma relação amorosa estável seguindo esses padrões, segundo os quais as mulheres são frágeis e devem ser cuidadoras do lar.

Para ele, apenas sexualidade plástica traduzir-se-ia em emancipação sexual, onde as necessidades de reprodução são postas de lado e o objetivo dessa relação é o prazer.

Algumas dessas configurações estabelecidas pelo amor romântico ainda se aplicam à sociedade contemporânea. Na *survey* realizada no Maristão, constatou-se que 58% dos jovens entrevistados preferem namorar, estar numa relação estável, enquanto 41 entrevistados

preferem experiências esparsadas ou efêmeras, sendo elas com intercursos sexuais ou não. Esse dado, sob a óptica de Giddens (1992) pode ser explicado pela tendência crescente dos indivíduos de se envolverem em relações nas quais podem afirmar suas vontades. A literatura e a historiografia mostram que o valor de 42% de pessoas que preferem a sexualidade plástica seria, de fato, muito menor em períodos históricos passados.

Os resultados também mostram que 53% dos jovens que preferem namorar já tiveram relações sexuais, o que indica que na configuração romântica atual, a repressão sexual não é mais um fator determinante.

Sobre a visão dos jovens sobre o casamento (Tabela 1), apenas 4,95% dos entrevistados consideram a preocupação matrimonial responsabilidade feminina, sendo  $\frac{2}{3}$  desses, mulheres. E, quando foram pedidos para graduarem em uma escala de 0 a 5, sendo 5 “muito importante”, a importância do casamento em seus projetos de vida, 30% marcaram a opção 5, cinco vezes mais do que aqueles que marcaram a opção 1. Araújo, em sua já citada abordagem do conceito moderno de casamento, considera que o casamento, ao longo do tempo, adquiriu um modelo idealizado de ser sinônimo de um lugar de felicidade, onde o amor, em especial o amor-paixão, bastante retratado por Shakespeare, e a sexualidade são fundamentais. Nessa perspectiva, é notável a existência talvez de não uma idealização, mas no mínimo, uma expectativa já construída sobre o matrimônio, que pode ser percebida também como um traço de relação de poder e repressão.

Tabela 2 – Importância do casamento no projeto de vida dos jovens

Sexo	0	1	2	3	4	5
Homens	1	2	0	6	10	9
Mulheres	7	7	10	19	25	25
TOTAL	8	9	10	25	35	34

Fonte: Grupo de pesquisa Mulheres Jovens na Contemporaneidade, Maristão Faz Ciência, 2015.

Ainda sobre essa expectativa, Levitt e Dubner vão considerar que a idealização, e consequente decepção com suas esposas, é um dos fatores que vão lançar grande parte do “mercado consumidor” para as prostitutas. Fenômeno que mais uma vez prova não só as existências de relações de poder, mas as influências entre elas.

Dentre as relações de poder e configurações de repressão, ganha destaque a apresentada por Santos. O autor corrobora com os já citados quando diz que a partir do

Iluminismo, a repressão sexual não é mais responsabilidade do âmbito religioso, mas também do científico.

É o caso da Comissão do Vício ou dos surtos de histeria e internações em hospícios estudados por Foucault. No Brasil, um exemplo disso é o papel social feminino estipulado pelos positivistas (SANTOS, 2014). De acordo com o autor, percebiam o gênero feminino como responsável pela maternidade e criação da prole. Coincidentemente, o papel social feminino esperado pelos homens de ciência é muito semelhante com o esperado pelos homens de fé. Mudaram as instituições, mas não a conjuntura repressiva.

Na pesquisa realizada, quando perguntados sobre o discurso de seus médicos em relação a sexualidade, 60,3% afirmaram já terem ouvido discursos dos médicos acerca disso e, desses, 30% eram de um tom preventivo. O fato de 70% dos discursos serem em tom liberal pode significar que a repressão sexual por parte da ciência também sofreu desgaste.

### **Sobre a criação de modelos e marginalização dos subversivos**

Os diversos exemplos de repressão sexual citados tem um padrão em comum. Esse padrão configura-se pelo estabelecimento de um modelo e a marginalização de tudo que foge a esse modelo. De acordo com Foucault, seria o poder reprimindo e compensando os disciplinados, os corpos dóceis, e punindo os subversivos. Para comprovar a atemporalidade do fenômeno, faz-se uso da obra de Pinsky (2013)

A autora relata o contexto altamente preconceituoso e conservador do Brasil na época. Sobre a mulher, foram construídos diversos estereótipos e expectativas. Se a mulher aceitasse carícias e avanços “ousados”, era classificada como promíscua ou libertina. Se não permitisse nenhuma carícia, era classificada como “sem sal” ou “rata de igreja”, referência às beatas. Quem as classificava? Os círculos sociais que integravam. Quais os padrões para a classificação? Todos os estereótipos, idealizações e preconceitos que o processo histórico de repressão forjou na sociedade. A mulher que fosse infiel ou que não aceitasse a traição do marido, por exemplo, era abandonada e dificilmente acharia outro. Em situações como essa, surge o termo “ficar para a titia”.

Em função da harmonia conjugal, as esposas deveriam evitar comentários desfavoráveis a seu respeito [do marido], especialmente em relação à sua conduta moral. Não ficava bem para uma mulher casada comportar-se como no tempo de solteira: sair com amigos, vestir determinadas roupas ou receber muita atenção de outros homens. (PINSKY, 2013, p.613)

Sobre as expectativas e idealizações em cima da mulher da época, pelo menos entre os jovens, poucas influências são observadas. Na pesquisa realizada, foi colocado um trecho de a música *Querer*<sup>6</sup>: “Não gosto/De ter hora marcada/Pra voltar pra casa/Eu gosto de virar/As noites nas baladas”. Em seguida, foi perguntado se eles consideram isso como ultrapassar limites do bom senso. 75,4% dos entrevistados responderam que não.

Sobre a mulher tomar a atitude para ter relações (não sexuais) com alguém em um ambiente de festa, 77,6% dos entrevistados não consideram isso estranho. Porém, ao analisar o imaginário dos entrevistados, perguntando se eles consideram isso uma tarefa masculina, a emancipação feminina cai quantitativamente, apenas 60% dos candidatos não consideram.

### **A Dupla Moral e observação de modelos de repressão atualmente**

Pinsky usa um termo que merece destaque. Esse termo é a “Dupla Moral”. No contexto observado, a dupla moral se refere aos pais de família, um bom exemplo para os filhos e que prezam pela fidelidade nas famílias da sociedade. São, aos olhos de todos, perfeitos cidadãos de bem, mas que em suas horas livres traíam suas mulheres e fugiam para o que eram chamadas de “zonas”, áreas onde as pessoas que não pertenciam ao modelo eram marginalizadas, habitadas principalmente por prostitutas. É importante mencionar que esses homens não faziam questão de esconder sua dupla moral, e sua vida nas zonas, apesar de amplamente conhecida, não os rendia nenhuma sanção.

Na época, no Brasil, a ideia de que a sexualidade era natural do homem prevalecia, portanto, as traições masculinas poderiam e deveriam ser perdoadas, para o próprio bem das mulheres, que não conseguiriam viver sozinhas.

Esse discurso, coincidentemente ou não, vai ao encontro do exposto por Luisa Accati (1991), sobre o discurso da Igreja quanto a doença da sexualidade do homem. Algumas consequências desse discurso são observadas, como a maior aproximação da mãe com os filhos, fato esse que é intensificado em um cenário no qual a mãe passa o dia inteiro em casa.

---

<sup>6</sup> MC LUDMILA. *Querer*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 2014, MP3 (2,50 min)

De acordo com a pesquisa realizada, essas consequências ainda perduram na sociedade. Dentre os jovens que já tiveram ou ainda mantêm conversas sobre sexualidade com o responsável, 54% tem essas conversas com a mãe ou outra figura feminina, 6% com o pai ou outra figura masculina e 40% com ambos responsáveis.

Ainda sobre a dupla moral, buscou-se verificar se pode ser constatada uma nova versão desse fenômeno, porém, aplicada a jovens que estão ativos em ambientes pastorais. O que se observou foi um fenômeno bem discreto, de todas as pessoas que já tiveram relações sexuais antes do casamento, apenas 25% participam de pastorais. Dos que ainda não tiveram relações sexuais, 67% estão em pastorais. O que mostra não só uma discreta e persistente presença do modelo sexual defendido pela Igreja, o que pode segundo Foucault, ser visto como resquícios de repressão, bem como uma maioria de fiéis que, pelo menos no âmbito sexual, seguem as diretrizes de sua crença.

### **Considerações Finais**

Com base na linha de raciocínio de Foucault, é possível observar as relações de poder e repressão, assim como os movimentos de emancipação, tanto no processo histórico de sexualidade quanto nos seus reflexos na sociedade atual.

O próprio processo histórico comprova a eficiência do controle de uma célula social usando a força de coerção do meio. Com essa perspectiva, a repressão sexual é apenas um meio das Instituições para o controle dos corpos. Esse *modus operandi* é muito utilizado, pois, além de ser algo inerente a todas as pessoas, tem as relações de poder e repressão na própria atividade sexual. Ainda pela óptica de Foucault, a repressão, por meio da disciplina, geraria e compensaria os “corpos dóceis”, os submissos. Note que só pode existir submissão se houver um anterior movimento de repressão. Aos subversivos, seria destinada a margem social, e tornar-se-iam exemplos de desvios de conduta e receberiam sanções, aplicadas pelos mais diversos agentes.

Analisando o processo, uma das Instituições mais notórias e eficientes no controle da sexualidade seria a Igreja Católica. Mas como os conceitos de relações de poder, marginalização e punições podem ser aplicados no contexto histórico de influência cristã? Para entender esse fenômeno, faz-se necessária a análise de discurso e do método.

Sobre os discursos, são notórios aqueles nos quais a mulher é a causa da tentação do homem, assim como o demonstrado por Luisa Acatti (1991), no qual a mulher seria a cura

para a sexualidade masculina. Nos dois discursos observa-se um ponto em comum: a percepção da sexualidade como uma enfermidade. Essa percepção estipulada pela Igreja no séc. XVI marginaliza toda e qualquer sexualidade que não a aprovada pela doutrina eclesiástica. A sexualidade foi percebida como enfermidade a partir do discurso elaborado e divulgado pela Igreja, e essa marginalização seria aproveitada por instituições científicas, que assumiriam o controle da sexualidade mais adiante na linha do tempo, a partir das revoluções burguesas no séc. XVIII.

Sobre a metodologia de repressão, é observado um padrão tanto por parte da Igreja quanto das instituições científicas. Padrão esse baseado em estabelecimento de um modelo de sexualidade, de família ou de casamento. A segunda parte do processo repressor seria a marginalização de tudo que foge ao padrão previamente estipulado. Essa marginalização pode se dar por meio de construção de supostos discursos verídicos, sanções institucionais, como as aplicadas pela Igreja durante a Idade Média ou pela Ciência durante o séc. XIX ao apreender pessoas em asilos, e, por fim, sanções sociais, como as citadas por Pinsky (2013). Com a repetição desse processo ao longo do tempo, cria-se então uma cultura de repressão, em que famílias podem tornar-se ferramentas de repressão da juventude de uma forma completamente inconsciente, à medida que essa ideologia é enraizada em seu imaginário.

Com uma influência pequena tanto em análise quantitativa quanto qualitativa da Igreja e situação semelhante das instituições científicas em quesito de repressão sexual, quais seriam as forças de repressão atualmente? Ativas, poucas, a maioria da repressão sexual vivenciada, principalmente pelas mulheres, atualmente é fruto de um processo histórico que influenciou e, de acordo com a análise de dados, continuarão a influenciar a sexualidade de todos, até essa força, que não é de movimento e sim de estagnação, dissipar-se ou algum outro movimento vir em direção contrária e com mesma intensidade.

## REFERÊNCIAS

ACCATI, Luísa. **En busca de las diversidades perdidas:** Conceptos anglosajones y madres mediterráneas. 2. ed. Barcelona: DUODA Papers de Treball, 1991.

ARAUJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, Junho de 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 de maio de 2015.



- BABBIE, Earl. **Método de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. 13. ed. São Paulo: GRAAL LTDA, 2011.
- FREITAS, Henrique et al. O método do de pesquisa survey. **Revista de administração**, v. 35, n. 3, 2000, p. 105-112.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da identidade** – Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- Grupo de Pesquisa Mulheres Jovens na contemporaneidade, Maristão Faz Ciência, 2015.
- LEVITT, DUBNER, Steven. Stephen. **Superfreakonomics**. 9. ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2009.
- MC LUDMILA. **Querer**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 2014, MP3 (2,50 min).
- OLIVEIRA, Francisca de Paula. A gênese social das identidades sexuais divergentes como problema social e de pesquisa. **PRACS**. Macapá, v. 7, n. 1, p. 01-13, jan.-jun. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/issue/view/68>>. Acesso em 11 de julho de 2016.
- PINSKY, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 607-637.
- SANTOS, Cristian. **Devotos e Devassos**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- WORLD HEALTH ORGANISATION (WHO). **Meeting on Education and treatment in human sexuality: the training of health professionals**. Geneva: WHO, 1975. (WHO technical report series, n. 572).